

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - MG

Instituto de Ciências da Natureza

Curso de Geografia – Licenciatura

NATAN MARQUES FERREIRA

**RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: O CASO DO
DISTRITO DE DIVINO ESPÍRITO SANTO (CAVACOS),
MUNICÍPIO DE ALTEROSA-MG**



Alfenas – MG

2020

NATAN MARQUES FERREIRA

**RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: O CASO DO
DISTRITO DE DIVINO ESPÍRITO SANTO (CAVACOS),
MUNICÍPIO DE ALTEROSA-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como parte dos requisitos para
obtenção do grau de **Licenciado** em
Geografia pelo Instituto de Ciências da
Natureza da Universidade Federal de
Alfenas- MG, sob orientação do Prof. Dr.
Flamarion Dutra Alves.

Alfenas – MG
2020

Banca Examinadora

Profª Drª Ana Rute do Vale (UNIFAL-MG)

Dr. Jonatan Alexandre de Oliveira (UNESP)

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves (UNIFAL-MG) - Orientador

Alfenas (MG), __/__/____

Resultado

*Por ser de lá
Do sertão, lá do cerrado
Lá do interior do mato
Da caatinga do roçado.
Eu quase não saio
Eu quase não tenho amigos
Eu quase que não consigo
Ficar na cidade sem viver contrariado.*

*Por ser de lá
Na certa por isso mesmo
Não gosto de cama mole
Não sei comer sem torresmo
Eu quase não falo
Eu quase não sei de nada
Sou como rês desgarrada
Nessa multidão boiada caminhando a esmo.*

Lamento Sertanejo – Gilberto Gil

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a meus pais, Maria do Rosário e Izonel Ferreira, os quais vivenciam o mundo rural desde suas origens e foram a inspiração para este trabalho.

À minha namorada, Thamires Ferro, por todo apoio e carinho que não me deixaram desistir.

À Universidade Federal de Alfenas, instituição pública que oferece ensino gratuito de excelência e que representa o Sul de Minas.

Ao Professor Dr. Flamarion Dutra Alves, pela orientação e estar sempre disposto a ajudar.

A todos os professores do curso de Geografia, por todo apoio e aprendizado. Muito obrigado!

Resumo

A complexa relação entre o campo e a cidade tem gerado muitos embates na hora de se definir o que é rural e urbano no Brasil. Essa complicada relação se torna mais evidente em pequenos espaços urbanos como é o caso dos distritos municipais que embora sejam classificados como urbanos apresentam em seu cotidiano um modo de vida característico do mundo rural. Neste sentido, este trabalho aborda o distrito de Divino Espírito Santo no município de Alterosa, Minas Gerais, com a intenção de compreender a ruralidade presente no distrito por meio de alguns costumes de seus moradores, tendo em vista que apenas classificações oficiais não são suficientes para entender as particularidades que compõe o lugar. Para isso, além da abordagem teórica de conceitos e práticas sobre o urbano e rural, analisamos o trabalho e a alimentação presente no cotidiano dos moradores do distrito por meio de observações e registros fotográficos.

Palavra-chave: Rural/Urbano, Modo de vida, Distritos Municipais, Ruralidade.

Abstract

The complex relationship between the countryside and the city has generated many clashes when it comes to defining what is rural and urban in Brazil. This complication of the relationship becomes more evident in small urban spaces such as the case of municipal districts which, although classified as urban, present in their daily lives a characteristic way of life in the rural world. In this sense, this work addresses the district of Divino Espírito Santo in the municipality of Alterosa, Minas Gerais, with the intention of understanding the rurality present in the district through some customs of its residents, considering that only official classifications are not enough to understand the particularities that make up the place. For this, in addition to the theoretical approach of concepts and practices on the urban and rural, analysis of work and food present in the daily lives of residents of the district through review and photographic records.

Keywords: Rural / Urban. Way of life. Municipal Districts. Rurality.

Lista de ilustrações

Figura 01 - Mapa de Localização do Município de Alterosa - MG.....	15
Figura 02 - Início do povoamento de Alterosa - MG.....	17
Figura 03 - Trabalho manual em lavoura de café.....	35
Figura 04 - Trabalho manual em lavoura de café.....	35
Figura 05 - Trabalhadores entregando café colhido no dia.....	36
Figura 06 - Moto adaptada para trabalho em pequena propriedade.....	36
Figura 07 - Quintal de morador no distrito.....	38
Figura 08 - Criação de suínos no distrito.....	39
Figura 09 - Criação de galinha caipira no distrito.....	40
Figura 10 - Prato típico: frango caipira cozido.....	41
Figura 11 - Quintal com cultivo de hortaliças e frutíferas.....	42

Lista de tabelas

Tabela 01 – Produção agrícola do município de Alterosa (Toneladas).....	31
Tabela 02 – Área colhida do município de Alterosa (Hectares).....	32
Tabela 03 – Número de estabelecimentos no município de Alterosa – MG.....	33

Lista de siglas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

UNIFAL – Universidade Federal de Alfnas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 METODOLOGIA.....	14
3 CARACTERIZAÇÃO DA AREA DE ESTUDO.....	15
3.1 Origens do município de Alterosa MG.....	15
3.2 Histórico do distrito de Divino Espírito Santo.....	17
4 DEFINIÇÕES E RELAÇÕES ENTRE CAMPO-CIDADE EM DISTRITOS MUNICIPAIS.....	19
5 TRABALHO E ALIMENTAÇÃO: A RURALIDADE PRESENTE NO LUGAR.....	31
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS.....	45

1 - INTRODUÇÃO

As interações entre o mundo rural e o urbano gera uma série de discussões entre os estudiosos desse tema, onde nem sempre se chega a um consenso acerca de definições do que viria a ser o rural e o urbano. Desses debates surgem algumas controvérsias na hora de classificar algumas áreas em rurais ou urbanas, como é o caso dos distritos municipais. Estes lugares são reconhecidos pelas instituições oficiais como áreas urbanas e sua população consequentemente é contabilizada pelos censos demográficos como população urbana.

Este tipo de classificação não leva em consideração as características territoriais, sociais e culturais destes lugares, priorizando apenas a delimitação em zonas urbanas e rurais para fins fiscais, administrativos e estatísticos. Essa prática gera problemas, uma vez que não atendem os anseios das populações que residem nesses espaços classificados como urbanos, mas que vivenciam um modo de vida rural.

Neste sentido, se torna importante a análise das particularidades de cada localidade para que se entenda o modo de vida de suas populações e dessa forma romper com as amarras impostas por limites preestabelecidos que pouco refletem a realidade destes lugares. Dessa maneira, o presente trabalho aborda o distrito de Divino Espírito Santo¹ (Cavacos), localizado no município de Alterosa, MG, que embora classificado como espaço urbano pelos órgãos e instituições oficiais, apresenta em seu cotidiano, práticas e reprodução de valores característicos do mundo rural. Assim sendo, nosso objetivo geral é compreender a ruralidade presente no distrito por meio de algumas práticas de seus moradores, e como objetivos específicos analisar as diferenças conceituais e práticas sobre o urbano e rural, e ainda analisar o trabalho e alimentação como dimensões importantes para o estudo da ruralidade.

Para isso, inicialmente faremos a caracterização da área de estudo trazendo um breve resgate histórico do município de Alterosa e do distrito de Divino Espírito Santo a fim de entender suas ligações com o mundo rural. Em seguida é abordado algumas definições e relações entre campo e cidade tendo em vista que essas interações influenciam a dinâmica de pequenos espaços urbanos, como é o caso do distrito. Por último, apresentamos como a ruralidade está presente no cotidiano do distrito por meio de atividades como a agricultura e costumes alimentares de seus moradores.

¹ Conhecido entre os moradores locais e das proximidades como Cavacos.

2 - METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente trabalho se baseou em um estudo de caso e na revisão de literatura, análise e interpretação de artigos, trabalhos de conclusão de curso, revistas e livros. Conforme Severino (2017, p. 92) o estudo de caso é uma “Pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo. A coleta dos dados e sua análise se dão da mesma forma que nas pesquisas de campo, em geral”.

Utilizando-os como instrumento de pesquisa em campo para a interpretação e análise do cotidiano no Distrito de Divino Espírito Santo, no município de Alterosa –MG.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa de caráter bibliográfico para o aprofundamento nos principais temas da pesquisa, como: distritos municipais, relação campo/cidade em pequenas cidades, rural/urbano, modo de vida e cultura, vida cotidiana e lugar. Em seguida, para complementar a bibliografia, foi realizada a busca por dados secundários. Essa coleta foi feita a partir da Prefeitura Municipal de Alterosa e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no SIDRA. Dessas fontes foram coletadas informações gerais sobre o município de Alterosa, bem como seu histórico e aspectos socioeconômicos.

Após formular e organizar ideias relacionadas ao tema foi realizado a pesquisa de campo com um roteiro de observação (Apêndice A), com a finalidade analisar as características presentes no cotidiano dos moradores do distrito. Nessa etapa foram retiradas fotos de lugares e vivências, bem como anotações sobre o cotidiano.

A respeito da observação, Marconi e Lakatos (2017, p.207) dizem: “A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações que utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar”, ou seja, a observação direta aliada a dados secundários, primários e referências teóricas e documentais, podem contribuir para a interpretação dos fenômenos socioculturais.

Vale ressaltar, que devido a pandemia da COVID-19, não foi possível realizar entrevistas com os moradores, tendo em vistas os riscos para o pesquisador e os entrevistados. Reconhecemos que esse procedimento tem limitações na análise, mas levamos em consideração o bem-estar e a saúde de todos.

Por fim, foram reunidos dados teóricos, prática em campo e construída a redação final do Trabalho de Conclusão de Curso demonstrando os resultados da presente pesquisa.

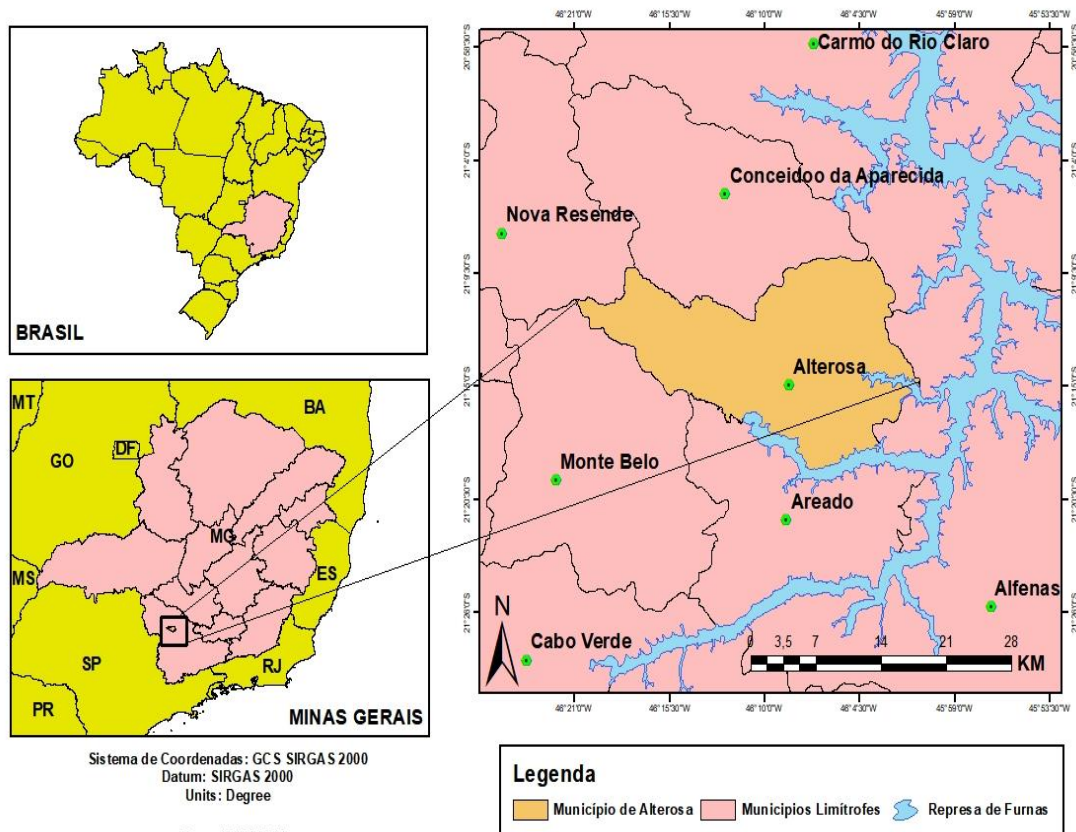
3 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1 Origens do município de Alterosa

O município de Alterosa localiza-se na mesorregião Sul/Sudoeste do Estado de Minas Gerais e na microrregião de Alfenas, possui uma população estimada para 2020 de 14.517 habitantes, ocupa um território com cerca de 362 Km² que é limítrofe dos municípios: Areado – ao Sul, Alfenas – ao Leste, Carmo do Rio Claro – ao Nordeste, Conceição da Aparecida – ao Norte, Nova Resende – a oeste e Monte Belo – a Sudoeste. (Figura 1)

Figura 1 - Mapa de Localização do Município de Alterosa - MG

Localização do Município de Alterosa - MG



Acredita-se que as primeiras incursões pelos territórios do Sul e Sudoeste de Minas tenham ocorrido no início do século XVII. Entretanto, tais entradas parecem não ter influenciado de maneira significativa o processo de povoamento da região. Alguns estudiosos defendem que as instalações dos primeiros arraiais ocorreram na década de 1670, a partir da

exploração do território mineiro pela bandeira de Fernão Dias; tais estudos afirmam que a cidade de Alterosa se constituiu como um dos primeiros arraiais do Sul de Minas Gerais. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA, 2019)

De acordo com Ribeiro:

No contexto do Brasil colonial, por volta de 1700, surgiu um dos primeiros povoados do Sul de Minas Gerais, local de acampamento de tropeiros que adormeciam às margens do pequeno riacho que mais tarde recebeu o nome de Ribeirão São Joaquim. Mas foi com o estabelecimento de José Rodrigues Moreira, se iniciou o povoamento do local. Aos pés da Serra Negra, logo a localidade recebeu o nome da devoção e do acidente geográfico: São Joaquim da Serra Negra. Ergueu-se, no local, uma pousada para hospedar os tropeiros que vinham de São João Del Rei e de Lavras do Funil em direção aos Sertões de Jacuí. (RIBEIRO, 2011)

Para alojar esses viajantes que realizavam longas e cansativas andanças pela região, pousadas passaram a ser construídas, foi nesse contexto que Alterosa formou-se como povoado. Segundo a documentação, o lusitano José Rodrigues Moreira, vindo do Espírito Santo, parece ter obtido suas propriedades através de habitantes que já residiam naquele local; entretanto, seu nome relacionou-se à fundação não por ter sido o primeiro homem a chegar naquelas terras, mas por ter dinamizado o desenvolvimento inicial da região, incentivando a fixação das pessoas do local. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA, 2019)

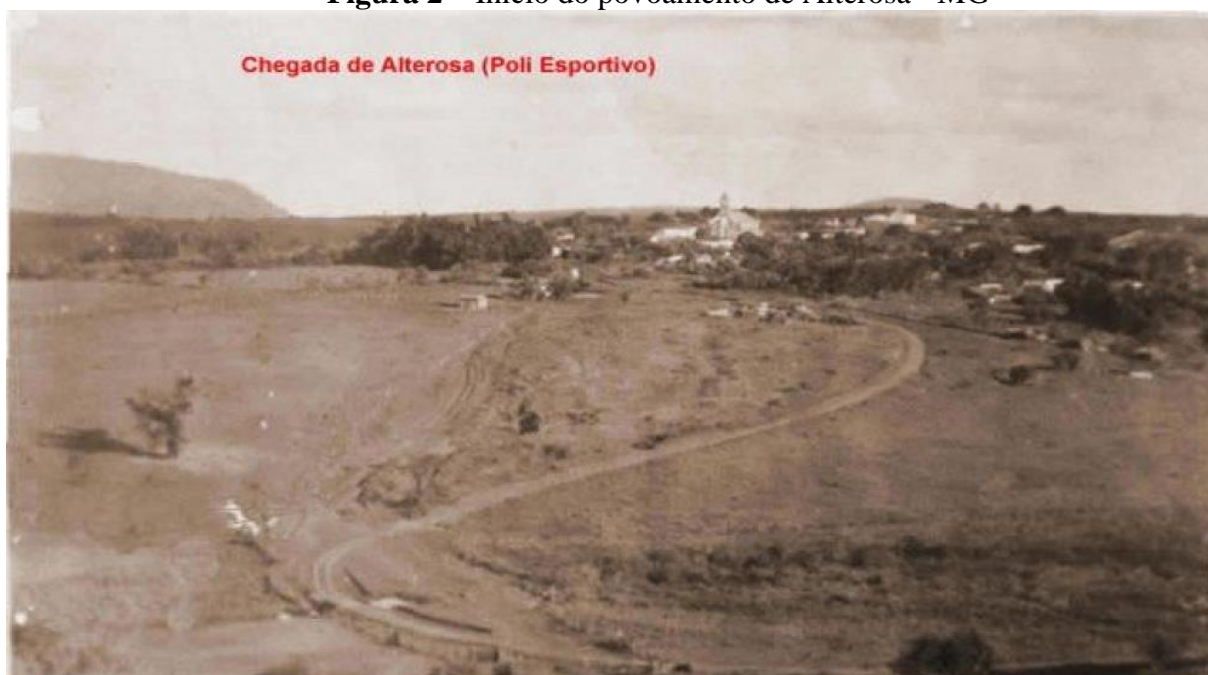
O povoado tornou-se parte integrante do território de Jacuí e permaneceu ligado à freguesia de Carmo do Rio Claro até 28 de junho de 1850, quando, pelo Artigo 1º, parágrafo 1º da lei provincial nº 467, foi desmembrado e elevado à categoria de paróquia. Tornou-se distrito de Caldas e permaneceu ligado a ela até 1860, ano em que pela Lei nº 1.090 de 07 de outubro, foi transferido para o território da Vila Formosa de Alfenas, posteriormente Alfenas, a quem São Joaquim da Serra Negra permaneceu ligado até sua emancipação política em 17 de dezembro de 1938. (IBGE, 2019)

Segundo o Almanaque Sul mineiro, em 1874, possuía duas igrejas: a de São Joaquim e a do Rosário. Um cemitério murado de pedras transportadas por escravos e uma pequena cadeia. A freguesia contava com mais de trezentas casas, possuía três praças e sete ruas. Economicamente, produzia e comercializava fumo, porcos carneiros e bois. (Figura 2)

Em 14 de setembro de 1891, pela Lei Estadual nº 2 teve sua condição de distrito confirmada. Em 1911, conforme a divisão administrativa estadual, o distrito pertencia ao município de Alfenas já com o nome de Serra Negra. Em 1920, segundo o recenseamento geral, a Lei nº 843, de 7 de setembro de 1923 e a Divisão Administrativa de 1933, o distrito

aparece integrando o município de Alfenas e volta a ser mencionado com o nome de São Joaquim da Serra Negra. Pela Divisão Territorial de 31 de dezembro de 1937 e pelo Decreto Lei Estadual nº 88, de 30 de dezembro de 1938, continua com o nome de São Joaquim da Serra Negra. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA, 2019)

Figura 2 – Início do povoamento de Alterosa - MG



Fonte: Câmara Municipal de Alterosa

A emancipação política e administrativa de Alterosa deu-se em 17 dezembro de 1938, por força do Decreto Lei Estadual nº 148, expedido pelo interventor federal Benedito Valadares Ribeiro que efetivou o novo quadro territorial do Estado, para vigorar no quinquênio 1939/1943. O Decreto alterou a denominação do distrito para Serra Negra, criando o Município com o mesmo nome. Mais tarde, o mesmo interventor, para evitar transtornos com a cidade paulista de Serra Negra, resolveu, por força do decreto-lei Estadual nº 1058, de 31 de dezembro de 1943, alterar o nome do município para Alterosa, nome ligado ao relevo montanhoso, significando “cidade das montanhas”, ou seja, local “alto e majestoso”. (RIBEIRO, 2011)

3.2 Histórico do distrito de Divino Espírito Santo

Não há registros oficiais sobre a origem do distrito de Divino Espírito Santo, mas acredita-se que em 1905, um morador por nome Tertuliano, construiu uma serraria para lavar

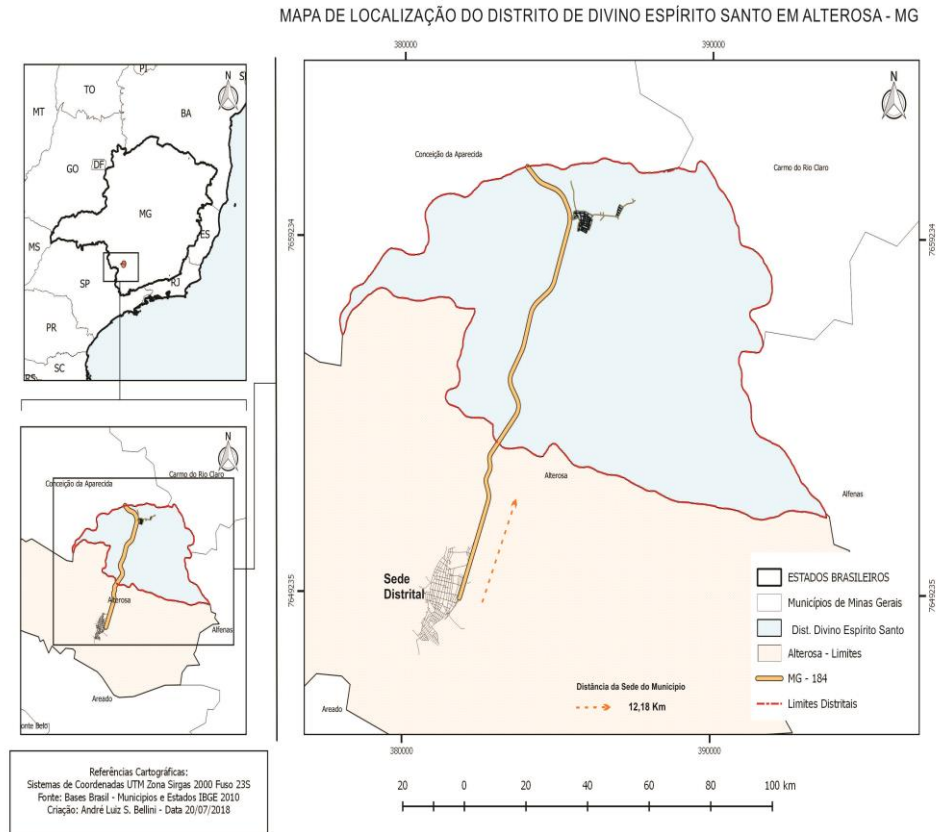
e serrar a madeira existente no local, destinada a fabricação de móveis, engradamento de casas, instalações rurais e outras utilidades. É a partir destes relatos que surgiu o nome Cavacos como é conhecido o distrito. O nome, surgiu de um amontoado de restos das peças serradas e lavradas a machado, conhecidos como cavacos. Daí em diante os moradores da região passaram a identificar o local como Cavacos, que servia como ponto de referência e hospedaria aos tropeiros que por ali passavam. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA, 2019)

O registro oficial mais antigo no qual é citada um acidente geográfico do distrito data de 1859. A Lei Nº 989 – de 27 de junho de 1859 trata do desmembramento e demarcação de limites de algumas freguesias, entre elas a de Nossa senhora do Carmo do Rio Claro, hoje conhecida apenas como Carmo do Rio Claro. Na referida lei é citado a Serra do Cavaco a qual faz limite com o município carmelitano. “[...] por este espigão à Serra do Cavaco, por este ao ribeirão da Correnteza, por este abaixo à confluência do Sapucahy, e por este abaixo a confluir com o córrego olhos d’água onde teve começo. (IBGE, 2019)

Pela lei estadual nº 2764, de 30-12-1962, é criado o distrito de Divino Espírito Santo e anexado ao município de Alterosa. Em divisão territorial datada de 1-I-1979, o município é constituído de 2 distritos: Alterosa e Divino Espírito Santo. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007 (IBGE, 2019).

O Distrito de Divino Espírito Santo se estende por uma área de aproximadamente 90 quilômetros quadrados (Figura 3), situado a 12 km da sua sede Alterosa. A população atual atinge um número aproximado de 2.323 habitantes (IBGE, 2010). Outros centros próximos são Conceição da Aparecida (18 km), Carmo do Rio Claro (27 km), Areado (24 km) e Alfenas (56 km). (PREFEITURA DE ALTEROSA, 2019).

Figura 3 – Mapa de localização do distrito de Divino Espírito Santo (Cavacos), Alterosa – MG.



Fonte: Santos (2019, p.28).

Conforme dados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, o distrito apresentou um crescimento populacional (Tabela 1)

Tabela 1 – Evolução da população rural e urbana no distrito de Divino Espírito Santo, 1991, 2000 e 2010.

	1991			2000			2010		
	População Total	Homens	Mulheres	População Total	Homens	Mulheres	População Total	Homens	Mulheres
Urbana	1067	537	530	1190	606	584	1483	775	708
Rural	932	507	425	908	490	418	840	452	388
Total	1999	1044	955	2098	1096	1002	2323	1227	1096

Fonte: Censos Demográficos do IBGE (1991, 2000, 2010).

Conforme se observa na tabela 1, o crescimento populacional no distrito de 5% entre 1991 a 2000, e de 2000 a 2010 crescimento de 10,7%, ou seja, o distrito obteve ganhos significativos em se tratando de distritos municipais, onde há uma tendência de esvaziamento para as sedes dos municípios e cidades médias da região, como Alfenas por exemplo.

Quanto a população oficial rural e urbana no distrito, destaca-se que em 1991 46,6% da população vivia em bairros rurais, comunidades e povoados do distrito, em 2000, a população rural caiu para 43,3%, e em 2010 36,2% reside na área fora da vila do distrito.

4 - DEFINIÇÕES E RELAÇÕES ENTRE CAMPO-CIDADE EM DISTRITOS MUNICIPAIS

Quando analisamos uma imagem de satélite, de uma certa área, nos parece simples a tarefa de identificar o que é rural e o que é urbano. Bastaria acharmos a parte urbanizada das cidades com as construções de prédios, casas e outros tipos de infraestrutura e a esta área classificaríamos como urbana e todo o resto fora destes limites chamaríamos de rural, ou seja, as áreas que vemos com maior predominância da natureza. No entanto, esta tarefa se torna mais difícil quando mudamos a escala de análise.

O estudo das relações das pequenas cidades com o rural e o urbano implica em reconhecer, a forte ligação e vinculação que os pequenos espaços urbanos mantêm com o mundo rural, como é o caso dos Distritos. É preciso ir além dos limites territoriais estabelecidos e tentar entender a dinâmica espacial através de seus atores os quais imprimem no espaço as características próprias destes lugares. (MESQUITA, 2014). Além disso, o contexto não-metropolitano que está o distrito no sul de Minas Gerais, reforça a presença da ruralidade na dinâmica socioeconômica e cultural da região (ALVES, 2017, 2019).

Para compreendermos a realidade socioespacial do distrito de Divino Espírito Santo e sua relação com o espaço rural, neste capítulo abordaremos algumas definições sobre municípios, distritos e vilas, usados ao longo do trabalho, a fim de esclarecer tais conceitos. Posteriormente apresentamos algumas teorias sobre as relações urbano/rural e campo/cidade, tendo em vista que essas interações influenciam a dinâmica de pequenos espaços urbanos como é o caso do distrito.

Quando se trata de definições estabelecidas pelo Estado e seus respectivos órgãos, os municípios são considerados as unidades de menor hierarquia dentro da divisão político administrativa do Brasil.

Com criação do Decreto Lei nº311 de 1938, onde a ideia de perímetro urbano foi adotada no Brasil, tal decreto define que o município é formado pela zona urbana e zona rural. Neste sentido, tudo o que está dentro dos limites do perímetro se considera urbano e de fora, rural. (ANTUNES; HESPANHOL, 2019)

Em um estudo sobre a transformação do bairro rural de Moçambo em distrito, no município de Muzambinho, Araújo (2016) mostrou os problemas socioeconômicos e culturais decorrentes dessa mudança abrupta das delimitações administrativas. Onde a dinâmica populacional não se alterou com a passagem do espaço rural para o urbano.

De acordo com Silva (2011), seguindo os critérios estabelecidos pelo Decreto nº 311, o IBGE, define que as áreas urbanas seriam todas as sedes municipais, independentemente do número de habitantes e de suas características, e seriam urbanas todas as pessoas que residissem nos distritos-sedes dos municípios, não se levando em conta o tamanho da cidade. Assim, um agricultor que trabalha no campo, mas reside na cidade, é classificado como urbano.

A zona rural é formada pela população e pelos domicílios recenseados em toda a área fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, e zona urbana, pelas pessoas e pelos domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou que correspondem às cidades, às vilas ou às áreas urbanas isoladas (MESQUITA, 2018)

Ainda de acordo com o Decreto Lei nº311 de 1938 os municípios podem ser divididos em distritos. Os distritos são unidades administrativas dos municípios, cuja criação, desmembramento ou fusão se faz por lei municipal, observada a continuidade territorial e os requisitos previstos em lei complementar estadual.

Segundo Pinto (2003, p. 58), “[...] o município é formado pelo seu distrito-sede, cujo principal núcleo urbano recebe o nome de cidade, e pelos demais distritos que porventura existirem, cujo principal núcleo recebe o nome de vila.”

Desse modo os distritos também possuem uma área urbana e rural, no entanto o perímetro urbano do distrito não é considerado uma cidade e sim, vila. Para ser considerado cidade é necessário ter localizado em sua área o poder público municipal, como aponta Antunes e Hespanhol:

O distrito-sede é onde se situa o poder público municipal (a prefeitura e a câmara de vereadores), sua zona urbana é o que legalmente chama-se de cidade. Os municípios podem ser formados por outros distritos, também compostos por zona urbana e rural, entretanto, a zona urbana de um distrito municipal não é uma cidade e sim uma vila. (ANTUNES; HESPANHOL, 2019, p. 534)

Logo, o distrito é visto como uma subdivisão do município que tem como sede a vila. Uma característica do distrito é que esse não possui independência administrativa. Sua área serve de local para a organização da pequena produção e atendimento das necessidades primárias de sua população.

Outra característica do distrito é que “embora se localize na zona rural do município, sua sede, a vila é considerada urbana e a população residente é contabilizada pelos Censos e dados oficiais como população urbana. [...]” (MESQUITA, 2014, p. 56)

Tais delimitações, fundamentadas em parâmetros legais, nos revelam muito pouco do que se acredita ser urbano ou rural já que se mostram não serem adequadas para entendermos as características e a dinâmica socioespacial no Distrito pois, se revelam muito superficiais e ultrapassadas além de contraditórias. Como aponta Marques 2002:

Nessa classificação, o espaço rural corresponde a aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. Além disso, o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por seus interesses fiscais (MARQUES, [s.d.]

Para Silva (2009) os:

Conceitos como povoado, bairro rural, pequena povoação, freguesia, capela, lugarejo, pequena comunidade, pequena cidade, dentre outros além de vila e distrito, são denominações elaborada em diferentes circunstâncias históricas e possuem vários fins e influências. Muitas vezes a escolha por uma delas se mostra de modo estrito e inexato à interpretação da totalidade de relações e conteúdos que se referem à realidade contemporânea. A utilização dessas nomenclaturas pode servir para o reforço de uma dicotomia clássica entre urbano e rural ou mesmo reforçar uma perspectiva quase obrigatória de transição campo – cidade. (SILVA, 2009, p. 92)

Dessa maneira é preciso superarmos os limites territoriais, do que é cidade ou não e, analisar como se dão as relações entres os atores sociais que assinalam no espaço os atributos que lhe definem ser rural ou urbano. Ou seja, é a partir da análise das relações pessoais dos moradores entre si e com o lugar que conseguiremos enxergar modos de vida urbano ou rural.

A seguir analisaremos algumas abordagens sobre o rural/urbano, campo/cidade visto que apenas as delimitações legais não são suficientes para entendermos as particularidades que apresentam os pequenos espaços urbanos, no caso o distrito de Divino Espírito Santo.

A partir da expansão industrial iniciada em meados do século XVIII, as relações campo/cidade passam a sofrer várias transformações, sobretudo na Europa. Com o advento das máquinas de vapor e o aumento da produção, inicia-se o processo de esvaziamento do campo e aumento da população nas cidades. O modelo econômico que passa a vigorar é o de acúmulo de capital industrial. Com isso o abismo rural/urbano passa ser inculcado no imaginário das pessoas onde, o rural é sinônimo de atraso e a cidade apresenta características de modernidade, evolução, futuro. Neste sentido Marques coloca:

Em estudo sobre a literatura e a história inglesas entre os séculos XVI e XX, Williams identificou a permanência dos ideais de inocência bucólica e da cidade como agente civilizador em diversas épocas, bem como das ideias a respeito da idiotice do campo ou corrupção da cidade. O que o levou a se perguntar: “que tipo

de experiência estas ideias parecem interpretar e por que certas formas ocorrem ou recorrem nesse ou naquele momento? (MARQUES, 2002, p. 103)

Posto isto, percebemos que é a partir desse momento que a cidade começa a ter predominância sobre o campo e a ditar o ritmo da vida. “A produção agrícola tornou-se um setor da produção industrial, o que fez com que as áreas rurais ficassem submissas às exigências do capital urbano-industrial” (REIS, 2006, p. 06)

No Brasil na primeira metade do século XX, o país contava com uma população predominantemente rural e economia de base agrícola. No entanto, a partir da década de 1960 com a consolidação do capitalismo e a industrialização, ocorre a mecanização da agricultura. O país passa por um processo de urbanização e conseqüentemente pelo êxodo rural, as relações tradicionais que regiam os costumes no campo vão aos poucos perdendo seu espaço.

É neste contexto que a realidade socio espacial rural/urbano se torna mais complexa. Não obstante, é fato que não podemos interpretar esses espaços sem reconhecer que ambos fazem parte do todo se correlacionam e criam uma dependência em si. “Os espaços rural e urbano não podem ser compreendidos separados um do outro, visto que são realidades que não existiriam isoladamente. Tais espaços se relacionam e se interpenetram [...]” (REIS, 2016, p. 06)

Essa complexa rede de relações entre o campo e a cidade levou estudiosos a tecerem teorias, preocupadas em entender a relação desses espaços, que abordam diferentes níveis de integração ou distanciamento. Marques 2002 afirma que:

De uma maneira geral, as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a dicotômica e a de continuum. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana. (MARQUES, 2002, p. 100)

Para Mesquita (2014), inicialmente, os estudos dicotômicos, apresentados nas primeiras décadas do século XX, sustentavam uma análise do rural como realidade específica e contrária ao urbano, caracterizando-o como detentor de características próprias e isoladas, as quais a princípio se contrapõem à realidade urbana. Nesses debates a cidade era vista como o lugar do progresso, avanço tecnológico, enquanto ao campo era atribuído o status de atrasado, onde era preciso haver uma modernização do seu sistema produtivo para se adequar aos moldes da cidade e atender suas necessidades.

Durante a segunda metade do século XX, sob a pressão dos processos de inovações da agricultura e a crescente urbanização, as abordagens teóricas apresentam o conceito continuum rural-urbano. Este enfoque, alavancado pelos autores Sorokin, Zimmerman e Galpin trazia a ideia de uma integração entre a cidade e o campo perante a modernização deste e o declínio dos costumes tradicionais. Nesta teoria é reconhecido diferenças de intensidade e não contraste entre estes dois espaços, em relação aos quais não haveria uma distinção nítida, mas uma diversidade de níveis que vão desde a metrópole até o campo no outro extremo. (MARQUES, 2002)

De acordo com Blume (2004), estas correntes de pensamento foram fonte de vários debates para se chegar a uma classificação do que seria o rural sem que se chegasse a uma concordância, isso porque, as explicações dadas para diferenciar as características e relações do rural sempre encontravam dificuldades para se chegar a uma sistematização.

De acordo com o autor, diante desse cenário de indefinições dos embates teóricos e com o aumento da urbanização, o rural passou a ser deixado de lado pelos pesquisadores que agora voltam sua atenção para estudos sobre a agricultura. Neste contexto a ideia de que a urbanização do campo era só uma questão de tempo ganha força assim como a industrialização da agricultura. (BLUME, 2004)

Para Wanderley (2009), essas interpretações onde as distinções entre o rural e o urbano deixariam progressivamente de ser significativas e o meio rural tenderia a ser assimilado ao urbano, são fruto de perspectivas que dão enfoque aos efeitos das dinâmicas “externas” sobre a vida e as estruturas rurais. A autora não nega a interferência dos padrões globais ao modo de se relacionar entre o campo e a cidade, no entanto, coloca que é preciso entender essa relação através das particularidades que existem nestes dois meios, sobretudo as particularidades que são inerentes do meio rural.

Para a autora, no Brasil, as consequências dos processos de urbanização, industrialização e mecanização da agricultura não resultou em uma uniformidade da sociedade que gerasse uma perda dos traços característicos dos espaços rurais e da população que ali vive.

Para Carneiro (1998), a urbanização, resultante dos processos de globalização, apesar de tornarem cada vez mais difícil distinguir os limites entre o campo e a cidade, não seria capaz de promover uma homogeneização até certo ponto de se encarar o rural e urbano apenas com uma distinção pautada em um continuum predominantemente marcado por características urbanas.

Não obstante, a autora afirma que

[...] é importante considerar que o “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. (CARNEIRO, 1998, p. 53)

Para a autora, não se pode negar que ocorra uma maior aproximação entre os universos culturais do rural e urbano. Porém quando se analisa a identidade local dos habitantes rurais, ao invés de perderem suas características socioculturais ou haver grandes mudanças em suas relações, pode ocorrer uma reestruturação das identidades culturais e um fortalecimento da ruralidade. (BLUME, 2004)

As mudanças ocorridas entre o campo e a cidade pelo processo produtivo agrícola no final do século XX fez surgir novos elementos, como a pluriatividade, a agricultura em tempo parcial, a expansão dos serviços urbanos à população do campo além de novas atividades não agrícolas, como o turismo. A inserção desses elementos permitiu novas formas de articulação do campo com a cidade impulsionada pela revalorização da natureza e pela urbanização difusa resultante de um processo amplo de reestruturação da economia brasileira ainda em curso.

Para Wanderley (2005), a modernização ao invés de anular questões referentes as relações campo/cidade repensa e redefine realidades já postas como é o caso do lugar e o papel do agricultor na sociedade, a valorização e preservação do meio natural, a importância dos costumes locais assim como as práticas políticas destes lugares.

Como já foi colocado, as diferentes reflexões sobre as relações entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, até aqui tem gerado embates em que tem prevalecido um entendimento não consensual sobre essas realidades. No entanto, esses pensamentos têm contribuído no sentido de superar algumas questões que já não fazem sentido serem discutidas.

Assim, entendimentos que colocavam o campo como sinônimo de atrasado, que era preciso haver uma modernização no campo para se atingir o progresso, correntes que estabeleciam a cidade e o campo como dois polos contrários em um sistema de análise, apesar de ainda terem influencia, se mostram cada vez mais decadentes e novas formas de abordagens destas realidades aparecerem como ferramentas para nos auxiliar a entender estas áreas.

Neste sentido, Carneiro (1998), analisa as transformações ocorridas na cultura camponesa em face das influências dos processos modernizadores. Para a autora essa cultura camponesa ao contrário do que se pensa, é capaz de acompanhar as mudanças que ocorrem no decorrer do tempo nas sociedades. A autora cita como exemplo caminhos encontrados pela agricultura na Alemanha para enfrentar crises econômicas e ambientais em decorrência das medidas modernizadoras.

No meio rural brasileiro a autora aponta para dois conjuntos de fenômenos que chamam atenção diante as novas dinâmicas sobre a ruralidade. O primeiro é sobre o crescimento de ocupação das populações que moram em lugares definidos como rurais, com atividades não-agrícolas e a combinação de atividades agrícolas com outras formas de rendimento, ou seja, a pluriatividade. A segunda diz respeito a crescente procura dos cidadãos por formas de lazer e meios alternativos de vida no campo.

Destas novas dinâmicas surgem novas formas de organização da produção no campo. Com a pluriatividade o produtor rural começa a exercer outras atividades para além da agricultura, a imagem do agricultor em tempo integral começa a desaparecer. Com isso essa nova forma de organização da atividade agrícola surge como uma saída ou adaptação do meio rural aos problemas criados pelo precário processo de urbanização brasileiro.

Sobre a crescente procura dos cidadãos pelo meio rural, como fuga da realidade urbana, esta cada vez mais caótica também devido ao fato da urbanização sem planejamento, os resultados são uma maior possibilidade de trabalho para a população rural antes envolvida apenas com atividades agrícolas, e maior aproximação e trocas entre sistemas culturais distintos. Neste sentido, Carneiro destaca que:

Essa busca da natureza e o desejo dos cidadãos em transformá-la em mais um bem de consumo toma a forma de turismo, alternado o ritmo de vida local. Pequenas pousadas são construídas e tendem a substituir, em grau de interesse e em rendimento, a unidade de produção agrícola que nela funcionava. A agricultura, nesses casos, passa a ser um complemento, muitas vezes voltada para a manutenção da família e dos hóspedes, e um bem de consumo ao garantir o clima “rural” almejado pelos turistas. (CARNEIRO, 1998, p. 57)

Com essas novas relações que vão se configurando no campo aparece também críticas aos modelos clássicos de análise sobre o rural e urbano. Frente as concepções que apontavam para a contradição entre o campo e a cidade, que se baseavam em aspectos descritivos para associar o rural ao agrícola e ao atrasado e o urbano ao industrial e ao moderno, o campo é então concebido como um lugar de vida e não apenas como mais um espaço de produção agrícola. (CARNEIRO, 1998)

Ainda de acordo com Carneiro (1998), as mudanças pelas quais a comunidade rural passa, em razão da intensificação das relações com o mundo rural, não seriam capazes de alterar obrigatoriamente as características dos sistemas sociais e culturais presentes no cotidiano dos moradores do campo. Estas transformações, ao invés de resultar em uma homogeneização propicia o reforço de identidades apoiadas no pertencimento a uma localidade. Neste sentido, podemos dizer que o rural não é algo estático e imutável. Os hábitos, costumes e afazeres que são característicos do campo recebem influência das práticas urbanas, no entanto, isso não quer dizer que haverá uma dissolução da identidade sociocultural dos habitantes rurais. A aproximação entre os universos culturais rural e urbano pode realçar as especificidades do rural, reestruturando as identidades e fortalecendo a ruralidade.

Nessa perspectiva, Carneiro propõe a análise do rural como categoria social realizada. A partir dessa proposta seria possível realizar leituras das realidades sociais com base na escala local, tendo em vista a possibilidade de agregar a estas escalas categorias simbólicas produzidas por diferentes universos culturais. Blume (2004), ao interpretar os estudos de Carneiro, destaca que:

Estas categorias tendem a orientar o sentido das análises para os agentes do processo e não exclusivamente para o espaço. Nesses termos, são os indivíduos que irão expressar o seu vínculo com o local através de suas práticas, independentemente de estarem ou não fisicamente no local definido como o de origem. Contudo cabe averiguar se, ao centrar os estudos nos aspectos simbólicas do rural, tendo como foco o local como escala analítica, esta opção não estaria limitada a abordagem diante as outras escalas de análise que influenciam na escala local. (Blume, 2004, p.42)

Neste ponto de vista, é proposto que a preocupação em se definir fronteiras entre o rural e o urbano seja posta de lado, que mais importante que isso é buscar, sob a visão dos agentes sociais, o significado das práticas sociais que sustentam as relações que se desenvolvem tanto no campo como na cidade.

Em outras palavras, Wanderley (2004), ao analisar a diversidade dos espaços rurais no Brasil nos chama atenção para o fato de que:

A história da constituição do meio rural brasileiro tem, evidentemente, diferenças marcantes em relação à história europeia e norte-americana. Basta lembrar as funções específicas, aqui, assumidas historicamente pelas cidades, as vinculações da grande agricultura de origem colonial ao mercado externo e a possibilidade de dispersão da população por um vasto território, para se entender as particularidades brasileiras, no que se refere à constituição e composição das sociedades locais, às relações campo/cidade, e às relações entre o que é “agrícola” e o que é “rural”. (WANDERLEY, 2004, p. 84)

A autora lembra que o meio rural brasileiro tem em sua história uma diversidade de particularidades que fizeram e fazem parte da sua construção. Wanderley aponta que o meio rural foi constituído por grandes propriedades rurais na figura dos engenhos e fazendas e os pequenos agrupamentos que são os povoados, bairros rurais e colônias aos quais denomina de espaços diferenciados que correspondem a formas sociais distintas. (WANDERLEY, 2004)

Ao refletir sobre o meio rural como espaços diferenciados a autora entende que o rural é um lugar físico diferenciado que carrega particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, ou seja, é um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Portanto, as características de utilização do espaço se dariam pela relação direta dos habitantes rurais com a natureza pelo trabalho e habitat. Enquanto as características de vida social se dariam pelas relações sociais próprias que resultam em práticas particulares de convivência com o espaço, com a família e com o trabalho.

Para Vale (2005), ao analisar as características do meio rural a autora coloca que:

As relações dos habitantes do meio rural com a natureza são muito mais estreitas do que aquelas estabelecidas pelos cidadãos. Acreditamos que o motivo principal seja o próprio respeito que os rurais têm por ela. Geralmente, a vida cotidiana dos agricultores é influenciada pelos ciclos naturais, uma vez que as atividades rurais estão diretamente ligadas ao trabalho com os organismos vivos e com a natureza, que nem sempre podem ser controlados. (VALE, 2005, p. 28)

Neste sentido, a relação de produção e percepção do homem do campo depende mais dos ciclos naturais do que nas cidades, ou seja, no meio rural o agricultor irá plantar em certas épocas do ano pois sabe que neste período, por exemplo, as chuvas são mais abundantes favorecendo certas culturas. No entanto, a autora lembra que apesar dessa relação mais íntima com a natureza o campo não pode ser visto como um lugar abandonado ou desorganizado onde o que impera são apenas as leis da natureza e que em contrapartida a cidade seria vista como lugar organizado e protegido.

Essa ideia de atraso tida pelo fato de o campo ter uma relação mais próxima da natureza também é lembrado por Silva (2000):

A vida cotidiana é estruturada espacial e temporalmente de modo diferente em cada sociedade. A temporalidade da vida cotidiana nas pequenas cidades é marcada pela regularidade dos fatos (safra, festas religiosas etc.), que é regida pela natureza e pelas tradições, com pouca interferência externa, dando uma impressão de estagnação. É comum a expressão "a cidade não vai para frente", para definir o caráter cíclico dos acontecimentos. Ao contrário, nas grandes cidades, tudo parece se modificar com maior rapidez, levando a impressão de progresso, dada a articulação

que mantêm com outros espaços e a grande ordem de interferência de fatores externos por que seus habitantes são sempre surpreendidos e têm que promover novas adaptações. (SILVA, 2000, p. 25)

Portanto, é preciso lembrar que compreender o campo requer uma análise que ultrapasse uma visão do rural como estagnado no tempo, imutável, pois a mudança é algo inerente ao movimento da História. E os espaços rurais não estão predestinados a um atraso permanente para manterem-se como tais. É preciso lembrar que o meio rural não é um universo isolado do resto da sociedade e que tenha lógicas exclusivas de funcionamento e reprodução. Até porque já é bem conhecido fenômenos onde a ruralidade está presente em grandes metrópoles assim como lugares no campo que já experimentam a tempos processos tidos como urbanos.

Diante disso, podemos dizer que no Distrito, apesar de predominar os aspectos ditos rurais, ou seja, as tradições, práticas, crenças, modos de se relacionar com a natureza terem particularidades que os caracterizam como rurais, podemos afirmar que tais relações não estão imunes as influências do mundo externo. Porém tais influências não iram apagar essas particularidades.

Mesquita (2014), ao analisar o rural e urbano em um distrito municipal no interior de Goiás afirma que, “[...] O modo de vida rural na Vila é caracterizado pelas artes de fazer dos moradores nas suas práticas cotidianas: no trabalho, nas relações de sociabilidade, nos momentos de lazer, enfim, é no desenrolar da vida dos sujeitos que se reconhece um modo de vida rural” (MESQUITA, 2014, p. 57). A autora escreve ainda que:

O rural é aqui compreendido como modo de vida, para reconhecer o rural a partir de um viés cultural e social que permite visualizar sua complexidade através de perspectivas trans escalares dos fenômenos. Nesse sentido, o rural embora carregue suas especificidades através da história não está isolado do mundial e se torna uma importante categoria de análise ao considerá-lo em relação ao urbano e aos outros rurais – ao rural plural; essencial para compreender a complexa e diversificada realidade brasileira – e ao interpretá-lo não apenas como espaço geográfico, mas ao reconhecer as relações que nele são desenvolvidas e inseridas. (MESQUITA, 2014, p. 105)

Neste sentido Wanderley (2004), escreve que o espaço local é, o lugar da convergência entre o rural e urbano, além disso, a autora lembra o fato de que no Brasil os pequenos municípios são os lugares onde estão a maior parte das populações rurais, variando conforme a região.

O espaço local é, de fato, o lugar do encontro entre estes dois “mundos”. Porém, nele, as particularidades de cada um não são anuladas, ao contrário são a fonte da integração e da cooperação, tanto quanto das tensões e dos conflitos. O que resulta desta aproximação não é a diluição de um dos pólos do continuum, mas a configuração de uma rede de relações recíprocas, em múltiplos planos que, sob muitos aspectos, reitera e viabiliza as particularidades. É esta complexidade que constitui, precisamente, o objeto dos estudos rurais. (WANDERLEY, 2004, p. 33)

Posto isto, tendemos a refletir sobre as relações entre urbano e rural no espaço do Distrito do Divino Espírito Santo pautados na análise de aspectos culturais os quais são espacializados a partir das relações entre os moradores do Distrito. Aqui pressupomos que tais aspectos culturais rurais se expressam, no Distrito, principalmente nas manifestações religiosas ainda muito fortes nesses espaços, além dos costumes alimentares e pelo trabalho. Ao nosso ver essas manifestações representam o modo de vida predominante no Distrito que é fruto das relações sociais presentes no cotidiano dos seus habitantes

Conforme escreve Paul Claval (1995), em sua obra *A Geografia Cultural*:

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus antepassados são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo. A cultura transforma-se, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio. (CLAVAL, 1995, p. 63)

Assim sendo, Claval escreve sobre a originalidade que cada cultura possui sem se esquecer que alguns conteúdos fundamentais estão sempre presentes. Ou seja, os indivíduos que compõe uma certa sociedade possuem procedimentos semelhantes os quais são compartilhados entre si para a manutenção e reprodução de seu povo. “Os membros de uma civilização compartilham códigos de comunicação. Seus hábitos cotidianos são similares. Eles têm em comum um estoque de técnicas de produção e procedimentos de regulação social que asseguram a sobrevivência e a reprodução do grupo” (CLAVAL, 1995, p.63)

Essas relações podem ser exemplificadas através do trabalho de Brandão (1995), quando o autor ao escrever o prefácio de seu livro *A Partilha da Vida*, presencia a relação de um pai e filho que aboiavam gado na zona rural do distrito de Catuçaba, em São Luís do Paraitinga, São Paulo. O autor descreve que:

Pai e filho montados em cavalo a pelo desciam o morro, tocando algumas vacas magras e um potro branco em direção a um pequeno curral junto ao rancho e a um riacho. Desciam os dois e com gritos iguais na música, diferentes no timbre, aboiavam o gado. Gritavam ambos morro abaixo, ora juntos, ora sucedendo o canto sem palavras de um, o do outro. E o trabalho deles era, ali, a repetição dos seus gritos, do seu canto. O pai aboiava misturando tons de brados e a sua duração, percorrendo as sílabas de todas as vogais entre acentos graves e agudos. E algumas frases do canto do aboio findavam em gritos finos que, mesmo em falas sem verbos, o gado obedecia como a uma ordem. O filho aboiava nos silêncios do pai e, com falas inseguras de aprendiz, procurava cantar igual. (BRANDÃO, 1995, p. 3)

Para o autor ao presenciar os dois ali, ele descreve que os gritos, assovios e cantos para tocar o gado simboliza a relação onde os homens tiveram que aprender a conviver com os bois e que isso representa muito mais que apenas gritos rudes próprios da “lida no pasto”. Para ele essa relação retrata “Uma linguagem que o velho ensina ao pequeno boiadeiro para que um dia um seja como o outro. Canto do ofício que o filho aprende enquanto trabalha, para ser um dia como o pai.”(BRANDÃO, 1995, p. 03)

São essas maneiras particulares de se relacionar entre as cercas que acreditamos representar ou diferenciar o rural do urbano. Apesar de estarmos analisando um espaço dito urbano pelos parâmetros administrativos legais, este espaço ainda é carregado por manifestações tradicionais. Aqui tradicional não é sinônimo de atraso, ignorante, velho etc. Tradicional no sentido de tradição, relativo à transmissão de ritos, crenças, costumes, lendas, cultura. Neste sentido, não é objetivo reforçar dicotomias ou oposições entre dois mundos, mas sim analisar as características de um recorte do espaço. Pois acredita-se que através dessas análises as ações de gestores estariam mais bem embasadas para atender as necessidades desses lugares frequentemente esquecidos por parte destes.

Portanto, acredita-se que a leitura do lugar, enquanto parte integrante de uma totalidade e como expressão dos processos sociais que o abarca, permite reconhecer as relações sociais que se estabelecem nele e a influência de determinadas referências, no caso do distrito do Divino Espírito Santo, vinculadas ao modo de vida rural.

A seguir apresentamos como a ruralidade está presente no cotidiano do distrito por meio de atividades como a agricultura e costumes alimentares de seus moradores.

5 - TRABALHO E ALIMENTAÇÃO: A RURALIDADE PRESENTE NO LUGAR

Para compreender a ruralidade presente no distrito, foram selecionados dois elementos: o trabalho e a alimentação. Esses elementos constituem o ritmo de vida da população, ou seja, a construção dos espaços vividos. A respeito disso, Tuan (1983) afirma: “É impossível discutir o espaço experiencial sem introduzir os objetos e os lugares que definem o espaço. [...] O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado.” (TUAN, 1983, p. 151)

5.1 - Trabalho: A Relação dos pequenos agricultores com a produção de café no distrito

O distrito de Cavacos e o município de Alterosa, estão inseridos no sul de Minas Gerais, a principal região produtora de café do Brasil, responsável por 24% da produção nacional (ALVES e LINDNER, 2020). Por esse motivo, a economia no Distrito está fortemente ligada a agricultura. As principais culturas produzidas são: café, cana de açúcar, milho e mais recentemente a soja. (Tabela 2)

Tabela 2 – Produção agrícola do município de Alterosa (Toneladas)

Lavouras temporárias e permanentes	Ano			
	1989	1999	2009	2019
Alho	9	-	-	-
Arroz (em casca)	1870	1412	420	7
Banana (cacho)	2	3	-	-
Batata-doce	15	-	-	-
Batata-inglesa	3810	6000	1500	270
Café (em grão) Total	1692	4800	5397	6878
Cana-de-açúcar	27230	11900	65934	27521
Feijão (em grão)	693	495	272	890
Laranja	750	26100	3600	2000
Mandioca	110	160	-	-
Milho (em grão)	7800	10660	16500	13200
Soja (em grão)	-	-	-	3000
Tomate	-	100	-	-
Uva	-	-	-	4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), 2019. Org: Autor

Tabela 3 – Área colhida do município de Alterosa (Hectares)

Lavouras temporárias e permanentes	Ano			
	1989	1999	2009	2019
Total	7413	6234	7876	8166
Alho	3	-	-	-
Arroz (em casca)	902	403	130	4
Banana (cacho)	3	3	-	-
Batata-doce	1	-	-	-
Batata-inglesa	127	200	50	11
Café (em grão) Total	2350	2000	3500	3953
Cana-de-açúcar	389	170	666	367
Feijão (em grão)	1012	550	290	750
Laranja	15	290	240	80
Mandioca	11	16	-	-
Milho (em grão)	2600	2600	3000	2000
Soja (em grão)	-	-	-	1000
Tomate	-	2	-	-
Uva	-	-	-	1

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), 2019. Org: Autor

Os dados das tabelas 2 e 3 revelavam dos números de produção dos últimos 30 anos do município de Alterosa levando em consideração as áreas do distrito sede e do distrito do Divino Espírito Santo. Apesar de o IBGE não disponibilizar estes dados separadamente eles são importantes pois ainda sim revelam as características da produção do campo no Distrito.

Pelas tabelas podemos notar que a agricultura do Distrito não está isenta das influências dos processos de produção externos que priorizam o agronegócio brasileiro para fins de exportação. Nos últimos 30 anos é possível observar o aumento na produção das chamadas *commodities* representadas pela cana de açúcar, café, milho e soja que estão entre as principais atividades agrícolas no município segundo o último censo agropecuário do IBGE.

Esse aumento na produção de *commodities* é reflexo de uma política agrícola que começa com a revolução verde e que irá se desdobrar na mecanização do campo brasileiro. Essas transformações ocorreram de maneira desigual ao longo do território nacional, favorecendo os grandes proprietários de terra.

[...] o padrão agrícola brasileiro, começa a mudar através de políticas de financiamento para compras de insumos e máquinas, além de uma integração entre os setores primário e secundário. Essas mudanças causaram alguns impactos

socioeconômicos para a sociedade brasileira, principalmente para os pequenos agricultores (ALVES, 2006, p. 68)

Neste sentido o processo de modernização aprofunda ainda mais a situação agrária brasileira privilegiando grandes latifundiários e deixando a mercê do capital os agricultores familiares.

Entre as diversas consequências ocorridas pela modernização do campo e da Revolução Verde, entendemos que a formação de regiões altamente especializadas na produção de commodities colaborou para o aumento das desigualdades socioeconômicas através da fragmentação do território agrícola, pois a concentração de terras para produção em grande escala determina que apenas latifundiários se inserem neste modelo de produção, concentrando ainda mais terras, e excluindo os produtores de pequena escala do campo. (GUIDA, 2011, p. 18)

Essa lógica de produção faz com que os pequenos produtores se tornem refém de um sistema para que possam continuar a produzir. Sujeitos a empréstimos em bancos para financiarem implementos e defensivos agrícolas, muitas vezes o que é ganho nas safras tem de ser destinado ao custeio da safra do próximo ano.

Apesar da agricultura familiar ser deixada de lado é dela que vem a maior parte dos alimentos que os brasileiros consomem diariamente. Pela tabela 4 podemos constatar que do total de 1384 estabelecimentos presentes no município de Alterosa, 82,37% são de agricultores familiares

Tabela 4 – Número de estabelecimentos no município de Alterosa - MG

Grupos de atividade econômica	Total	Tipologia	
		Agricultura familiar - não	Agricultura familiar - sim
Total	1384	244	1140
Produção de lavouras temporárias	144	29	115
Horticultura e floricultura	4	1	3
Produção de lavouras permanentes	739	96	643
Produção de sementes e mudas certificadas	-	-	-
Pecuária e criação de outros animais	485	111	374
Produção florestal - florestas plantadas	1	1	-
Produção florestal - florestas nativas	-	-	-
Pesca	1	-	1
Aquicultura	10	6	4

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), 2019. Org: Autor

Ainda que represente mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários, as unidades familiares no município, detém apenas pouco mais de 60% da área de produção, enquanto os estabelecimentos não familiares ocupam 40% de áreas, mas são apenas 18% das unidades agropecuárias. Ou seja, estes dados do município refletem diretamente o que ocorre na agricultura brasileira onde poucos latifundiários ocupam a maior parte das terras para produção.

[...] Isto significa que a agricultura familiar representa 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de pouco maior de 80,3 milhões de hectares, o que representa 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros. A contribuição da agricultura familiar para produção agropecuária não é pequena, pois 38% do valor da produção e 34% do total das receitas do agro brasileiro advém deste setor. Apesar dos estabelecimentos não familiares representarem apenas 16% do total de unidades, ocupam 76% da área de terra e geram a maior parte do valor da produção (62%) e da receita (66%). (SCHNEIDER; CASSOL, 2013, p. 3)

Nesse sentido, mesmo com todos os desafios impostos a agricultura familiar desempenha um papel muito importante no cenário brasileiro e encontra alternativas para superar as dificuldades impostas pelo mercado capitalista. Entre essas alternativas está o modo como os pequenos produtores ainda mantêm em relação ao sistema de cultivo. Ao observarmos estes processos no Distrito constatamos que mesmo com a introdução de algumas tecnologias no processo produtivo os pequenos agricultores ainda se diferem do agronegócio que se tornou um sistema quase industrial. Como exemplo dessa relação citamos a produção do café no Distrito que como dissemos, apesar de ter havia um certo desenvolvimento ainda carrega características em seu processo produtivo que simboliza os pequenos agricultores.

Diferentemente da agricultura altamente mecanizada do agronegócio a produção de café no Distrito ainda possui agricultores que não dispõe de tanta tecnologia. O processo de produção ainda conta com trabalhos manuais durante as safras, período em que a quantidade de trabalhadores envolvidos é maior. A colheita do café é feita pelos “apanhadores de café” (Figura) que são chamados pelo proprietário da lavoura que forma uma “turma” para trabalharem para ele até o fim da colheita, na maioria das vezes esse processo é feito de maneira informal e sem contrato de trabalho. Os trabalhadores recebem semanalmente ou a cada quinze dias. O salário é baseado de acordo com a quantidade de “medidas” que cada trabalhador conseguir tirar até o dia de pagamento. A “medida” é feita em um latão de ferro de 60 litros e seu valor é determinado de acordo com a produtividade da lavoura, ou seja, se a

lavoura estiver boa (quando as plantas estão com muito café) o preço da medida será menor pois estima-se que os apanhadores irão conseguir produzir mais, caso contrário essa lógica é invertida, se estiver ruim a lavoura o preço da medida tende a ser maior. Na maioria das vezes os preços das medidas são determinados depois do primeiro dia de serviço para que o produtor possa ter uma média geral da sua turma.

Outra questão observada foi que nas propriedades dos pequenos agricultores, onde há uma maior mecanização, vimos que os implementos são adaptados de acordo com a necessidade dos produtores. Nestas propriedades observa-se o uso de derriçadeiras mecânicas, mais conhecidas como "mãozinhas" mecânicas para a colheita do café, substituindo a colheita manual (Figuras 4 e 5). Observa-se também a adaptação de motos para os trabalhos nos terreiros de secagem do café.

Figura 4 e 5 – Trabalho manual em lavoura de café



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 6 – Trabalhadores entregando café colhido no dia



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 7 – Moto adaptada para trabalho em pequena propriedade



Fonte: Arquivo pessoal

5.2 - Alimentação: Hábitos, tradição e modo de vida no distrito

Quando pensamos sobre determinados lugares/regiões do Brasil nos vem a memória imagens que simbolizam tais lugares, e frequentemente essas imagens estão relacionadas a gastronomia destes locais, ou seja, aos alimentos típicos de cada região. Quando pensamos em chimarrão logo nos lembramos da região Sul e o apreço que os gaúchos têm pela erva-mate assim como pelo churrasco. Quando pensamos no Nordeste lembramos da tapioca, acarajé, baião de dois, vatapá e muitas outras iguarias presentes na culinária nordestina. O famoso pato no tucupi nos remete a região Norte do país, ou seja, a relação intrínseca entre cultura e território na construção das identidades e territorialidades (GIMÉNEZ, 1996; MENEZES, 2011).

Dessa maneira podemos dizer que tais alimentos, simbolizam um determinado povo, lugar ou região. Os símbolos na geografia cultural podem ser considerados materiais (uma comida, um livro, uma construção) e imateriais (linguagem oral e escrita, percebido de maneira diferente pelas pessoas) que por sua vez são dotados de significados que possuem traços fundamentais dos seres humanos. (CORRÊA, 2012)

De acordo com Ferreira e Matos:

Alimentar-se é uma necessidade fisiológica, um imperativo biológico que atende às necessidades de sobrevivência, mas, também, que envolve construções simbólicas e culturais, assim, não se come apenas para saciar a fome e se nutrir, para saborear e por prazer. As pessoas se reúnem à mesa para além de se alimentar, socializar, conversar, comungar crenças, compartilhar sonhos, memórias e valores. (FERREIRA; MATOS, 2019, p. 204)

Para Mesquita o modo de vida observado em espaços como o do distrito é formado:

[...] por um conjunto de elementos materiais e imateriais desenvolvido no cotidiano, resultado da tradição repassada às gerações e das condições disponíveis à vida dos moradores que são transformadas ao longo dos anos. As relações de parentesco, de vizinhança, a relação com o meio, com a terra, as relações de gênero traduzem em modos de vidas específicos e particulares que determinam as formas de organização da Vila. (MESQUITA, 2014, p. 95)

Nesse sentido, ao observar alguns costumes alimentares no distrito observamos como estes são carregados de significados e de como ainda preservam características rurais. Ou seja, os moradores do distrito ainda praticam certos hábitos alimentares que mantem vivo o modo

de vida rural. Entre esses hábitos que as vezes se parecem verdadeiros rituais, abordamos alguns neste trabalho para exemplificar como os moradores do distrito preservam o modo de vida rural. Entre eles o processo de criação e abate do porco caipira que irá resultar na conhecida “carne de lata” assim como a criação de galinhas caipiras. Destacamos também o cultivo de hortas de verdura, legumes e pomares.

Lembramos que não é nossa intenção discutir o termo caipira utilizado para designar tais alimentos, supondo aqui a superação de interpretações que remetem a palavra ao que é ultrapassado e como expressão pejorativa. Pelo contrário, o uso da palavra serve para diferenciar o que é criado e produzido pelos moradores com base em técnicas que respeitam em maior medida os processos naturais.

A criação, reprodução e engorda de animais e o cultivo de algumas culturas é prática muito comum no distrito. Nos quintais mais espaçosos sempre há a presença de chiqueiros para a criação de porcos, galinheiros ou cercados para as aves além de hortas com vários tipos de hortaliças, legumes, tubérculos, frutíferas entre outros. (Figura 8)

Figura 8 – Quintal de morador no distrito



Fonte: Arquivo pessoal

Em estudo feito por Santos (2019), sobre o distrito, 1115 domicílios possuíam um espaço destinado a para o cultivo hortas e criação de pequenos animais. Ao contrário dos

grandes centros urbanos onde esses espaços quase não existem mais, nos domicílios do distrito ainda se encontra bastante espaço com solo livre para essas práticas.

Rusvênia Silva nos esclarece que:

Os quintais eram, historicamente, utilizados para práticas agrícolas destinadas a subsistência, elemento presente na própria definição da palavra – quintal “pequena quinta, palavra que se liga etimologicamente, a ideia de produção rural. [...] o papel desempenhado nos quintais: espaços para cultivos e criação de pequenos animais, espaço para produção alimentar que, no desembocar do século XX, desempenha importante papel no abastecimento alimentar das famílias das pequenas cidades os que deixam de existir a medida em que funções como abastecimento perdem importância numa sociedade cada vez mais marcada pelas relações capitalistas. (SILVA, 2008, p. 182-183)

Neste sentido, quando se verifica que os moradores mantêm tais costumes esta é uma forma que preserva e caracteriza o modo de vida rural presente no distrito frente os processos modernizadores. Entre estes costumes está a criação de porco caipira e todo o processo de engorda, abate, preparo e armazenado do animal que contêm em suas raízes elementos carregados de caráter rural.

O costume de criar porco caipira começa com a escolha da raça, não podendo ser de “granja” modo como os moradores diferenciam os animais (Figura 9). O cuidado com a alimentação durante a engorda é um fator muito importante. Alguns moradores têm o costume de armazenar os restos de alimentos da cozinha para tratar dos porcos, conhecido como “lavagem”. No entanto hoje é mais comum o trato feito com a mistura de ração, farelo e fubá a base de milho, soro de leite, farelo de soja e algumas gramíneas e leguminosas. Outra característica comum é o manejo em que consiste em castrar o animal ou como é conhecido “capar porco”, para que o suíno engorde mais rápido.

Figura 9 – Criação de suínos no distrito



Fonte: Arquivo pessoal

Durante o abate costumes milenares de cortes, manuseios de peças e processamento são postos em prática. Logo após o abate ocorre a “sapecta do porco” em palha seca de bananeira. Que consiste em envolver o porco em um monte de palha onde é gerado um fogo forte e rápido para tostar a superfície e facilitar a raspagem dos de pelos que é feito com um facão ou enxada. Em seguida começa o processo que é conhecido como “destrincha”, que se resume em separar as peças do porco. Deste processo irá se produzir alimentos como a banha, um tipo de gordura que é aquecida e que serve para armazenar e conservar outras peças depois de cozidas, daí o nome “carne de lata”

Outro alimento que é estimado pelos moradores do distrito é o frango caipira (figura 10). Assim como o porco, a carne de frango caipira é muito valorizada, sendo priorizada em relação a carne de granja. As aves são criadas nos quintais e quando não são apenas para o “gasto” da família o excedente é comercializado para outros moradores que não tem espaço em seus quintais para a produção.

Figura 10 – Criação de galinha caipira no distrito



Fonte: Arquivo Pessoal

Observa – se que os moradores quando compram preferem a ave viva, ou melhor dizendo “suja”, uma vez que dessa maneira o preço é mais barato, e eles mesmos realizam o preparo do frango, desde o abate até o cozimento. (Figura 11)

Figura 11 – Prato típico: frango caipira cozido



Fonte: Arquivo pessoal

Outra prática observada é o cultivo de hortaliças, legumes, pequenas roças de culturas como milho, mandioca e árvores frutíferas presente nos quintais do distrito. Sempre quando há um espaço com terra vemos hortas de alface, tomate, couve, cebolinha e salsinha. Quando o espaço permite forma-se pomares com mangueiras, jabuticabeiras, goiabeiras. Planta-se roças de milho e mandioca que irão complementar a alimentação das famílias do distrito. (Figura 12)

Figura 12 – Quintal com cultivo de hortaliças e frutíferas



Fonte: Arquivo pessoal

Apesar das facilidades que as tecnologias trazem como o armazenamento dos alimentos e as práticas capitalistas onde é mais fácil comprar do que produzir seu próprio alimento, os moradores ainda preservam costumes como os vistos. Ao contrário dos grandes centros nas pequenas cidades as populações ainda conhecem um ritmo de vida mais lento onde encontram tempo para se dedicarem a práticas e hábitos alimentares como os que vimos

A alimentação não é apenas representada nas formas de criação de animais e cultivos de alguns alimentos que simbolizam o modo de vida rural. Não é só o modo, mas os hábitos de se alimentar que expressam também características de um cotidiano rural. Nas grandes cidades, onde o cotidiano é ditado pelos tempos rápidos, as longas distancias para ir trabalhar, o caos da mobilidade urbana, entre outros, impedem que os cidadãos tenham tempo para dedicar uma parte do dia para o preparo de seus alimentos, fazendo com que optem por fazerem suas refeições em restaurantes ou lanchonetes. Além da barreira física há também a questão cultural dos cidadãos que quando sobra um tempo costumam frequentar bares, restaurantes, *fast foods*, shopping centers como forma de lazer e em busca de uma refeição que lhes agrade. Neste sentido ao verificar a reprodução destes hábitos alimentares pelos moradores do distrito podemos dizer que essa prática serve como diferenciação do modo de vida rural do urbano.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da ruralidade no distrito de Divino Espírito Santo nos revela que interpretar as relações entre campo e cidade é muito mais complexa do que se imagina e que devemos ir além de classificações estabelecidas para que possamos compreender melhor o lugar. Os fatores sociais e culturais devem ser abordados para que se tenha uma análise mais profunda sobre o modo de vida que predomina no cotidiano da população.

Vimos que apesar das classificações oficiais reconhecer o distrito como uma área urbana o que predomina são formas de vida ainda muito influenciadas pelo rural. A dependência da economia pelo campo é muito grande como vimos pelo papel que a produção de café exerce no distrito. Porém vimos também como o capital chega a determinados lugares de forma desigual, deixando os pequenos produtores reféns do seu modo de produzir.

Ao irmos além da esfera econômica e analisarmos o cotidiano, as particularidades dos lugares conhecemos melhor a realidade dos atores envolvidos que estão diariamente produzindo o espaço geográfico. Isso se faz importante pois assim entendemos quais serão as melhores intervenções das esferas públicas na vida das pessoas.

Trabalhos como este que abordam distritos municipais, pequenas cidades, bairros rurais analisando suas dinâmicas indo além de questões econômicas podem servir de ferramenta para que não se cometa equívocos para com as populações destes lugares, pois como vimos recentemente há uma PEC em tramitação no governo federal que propõe a extinção de municípios com menos de 5 mil habitantes. Conhecida como Proposta de Emenda à Constituição do Pacto Federativo (PEC 188/2019), a proposta prevê, entre outras medidas, que municípios com menos de 5 mil habitantes e arrecadação própria menor que 10% da receita total será incorporado pelo município vizinho. Consistindo claramente em uma medida pautada apenas na questão econômica. Daí a importância de se entender o universo de relações que existe nestas pequenas áreas urbanas. É preciso uma leitura destas relações nas diversas escalas que constituem sua realidade para que a vontade da população que ali reside seja respeitada.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. D. **Os impactos da territorialização dos assentamentos rurais em Candiota – RS**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Programa de Pós-graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria – RS, 2006.

ALVES, F. D. Cidades pequenas no sul de Minas Gerais: ruralidades presentes no território. In: FERREIRA, M.M; VALE, A.R. (Org.). **Dinâmicas geográficas no sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2017.

ALVES, F.D. Temas e pressupostos metodológicos da ruralidade em geografia rural. In: MARAFON, G.J.; CHELOTTI, M.C; PESSÔA, V.L.S. (Org.). **Temas em Geografia Rural**. 1ed.Rio de Janeiro: Eduerj, 2019, v. 1, p. 185-203.

ALVES, F.D; LINDNER, M. Agronegócio do café no sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **Okara - Geografia em debate**, v. 14, n. 2, p. 433-451, 2020.

ANTUNES, M. V. M.; HESPANHOL, R. A. DE M. Distritos Municipais Brasileiros: Análise Enquanto Através Das Escalas Geográficas. **Terra Livre**. v. 1, n. 52, p. 530–564, 2019.

ARAÚJO, L.A. **Moçambo**: implicações socioespaciais e culturais de um bairro rural transformado em distrito. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia). Universidade Federal de Alfenas, 2016.

BLUME, R. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. 2004. 179 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004.

BRANDÃO, C. R. **Livros – A Partilha da Vida**, 1995. Disponível em: <<https://apartilhadavida.com.br/livros/>>. Acesso em: 25 ago. 2020

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.6, n.2, 1998.

CLAVAL, P. **A Geografia cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Piementa. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. 453 p

CORRÊA, R. L. Espaço e simbolismo. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs). **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 133-153, 2012.

FERREIRA, E. B.; MATOS, M. I. S. DE. Pelos interiores - a invenção do caipira: cultura, tradição e cozinha. **Revista Tempo e Argumento**, v. 11, n. 27, p. 192–220, 24 jul. 2019.

GIMÉNEZ, Gilberto. Territorio y cultura. **Estudios sobre las Culturas Contemporáneas**, Colima. v.2, n. 4, diciembre, 1996, p. 9-30.

GUIDA, L. C. **O agronegócio cafeeiro e a pluriatividade em Muzambinho/MG**: A relação campo- cidade e o hibridismo espacial. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia), Universidade Federal de Alfenas, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alterosa/panorama>>. Acesso em: 04/05/2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sidra Território**. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/territorio#/N10/310200110> >. Acesso em: 10/05/2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agro 2017**. Disponível em: < <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/> >. Acesso em: 20/05/2019

MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, n.19, 2002

MENEZES, Sônia de S. M. Alimentos identitários: uma reflexão para além da cultura. **Revista Geonordeste**. n.2, ano XXIV, p.01-15, 2013.

MESQUITA, A. P. DE. **Rural e urbano na vila do distrito de Pires Belo, município de Catalão (GO): a vida cotidiana e a relação com o lugar**. Dissertação (Mestrado em Geografia) —Catalão - GO: Universidade Federal de Goiás - UFG, 2014.

MESQUITA, A. P. DE. **O município e o planejamento para além do perímetro urbano: o rural e os distritos rurais do Sul Goiano**. Doutorado em Geografia—Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 27 mar. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTEROSA. **Alterosa**. Disponível em: < <https://alterosa.mg.gov.br/alterosa/>>. Acesso em: 09/04/2019

REIS, D. S. DOS. O Rural e Urbano no Brasil. **Anais...** XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais p. 1–13, 8 abr. 2016.

RIBEIRO, D. D. R. **O processo de gestão de políticas públicas na perspectiva de ruptura social no município de Alterosa - Experiência política gestão 1992 a 2005**. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Franca: Universidade Estadual Paulista - Unesp, 2011.

SANTOS, Karina Vieira. **Análise da ruralidade no distrito de Divino Espírito Santos (Cavacos), município de Alterosa – MG**. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia). Universidade federal de Alfenas, Alfenas, 2019.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. A Agricultura Familiar No Brasil. Serie. **Documentos de Trabajo N° 145**. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chilep, 2013.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. – São Paulo: Cortez, 2017

SILVA, Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da. **Patrimônios: espaço e lugar – estudo das Vilas de Cibele e Caiçara e seus conteúdos**. Tese de Doutorado (Geografia Humana).São Paulo: USP, 2008.

SILVA, J. M. Cultura e Territorialidades Urbanas - Uma Abordagem Da Pequena Cidade. **Revista de História Regional**, v.5, n.2, 2000. p.9-37.

VALE, A. R.. **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. Tese de Doutorado (Geografia). Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 23, n. 1 e 2, p. 82–98, 2004.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DO DISTRITO DIVINO ESPÍRITO SANTO

Aspecto dos conteúdos socioculturais, formas espaciais, cotidiano e modo de vida no Distrito

DESCRIÇÃO/EXISTÊNCIA DE:	OBSERVAÇÕES
Relação dos moradores com a produção de café	
Relação dos peq. produtores com a produção de café	
Hábitos alimentares dos moradores	
Horticultura e criação de animais nos quintais	
Relações dos moradores do distrito com as áreas rurais	
Relações de vizinhança	
Conhecimento pessoal entre os moradores	
Relação com a cidade de Alterosa	
Outras observações:	